



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DAS SESSÕES

Sessão Ordinária Nº 4944, de 18/04/2017

TCDF/Secretaria das Sessões
Folha:.....
Processo: [34100/2015](#)
Rubrica:.....

PROCESSO Nº [34100/2015](#)

RELATOR : CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL ALVES DE OLIVEIRA

EMENTA : Auditoria de Regularidade realizada em cumprimento da Decisão Reservada nº 44/2015, proferida no Processo nº 6.278/2015-e, com o escopo de apurar a regularidade dos pagamentos de pessoal no âmbito das Secretarias de Estado de Saúde e de Educação do Distrito Federal, quanto à percepção dos adicionais de insalubridade e de periculosidade.

DECISÃO Nº 1738/2017


O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento dos documentos de fls. 422/430 e da informação de fls. 432/437; II - determinar à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão que: a) tendo em conta o disposto no Decreto nº 36.561/2015, proceda, nas Secretarias de Saúde e de Educação, a revisão geral dos pagamentos dos Adicionais de Insalubridade e de Periculosidade, para averiguar a conformidade com a regulamentação em vigor, dando ciência ao Tribunal, em 60 (sessenta) dias, atentando para as seguintes diretrizes: 1 - apurar a existência ou não de Laudos Técnicos das Condições Ambientais do Trabalho - LTCATs atualizados que embasem os referidos pagamentos, especialmente no tocante aos fatores nocivos existentes no ambiente laboral e ao grau de exposição aos riscos, regularizando aqueles que não atendam à legislação vigente; 2 - priorizar, nessa verificação, os servidores das Carreiras de Assistência Pública à Saúde, Assistência à Educação e do Magistério do Distrito Federal, bem como aqueles lotados em setores de apoio administrativo, protocolo, arquivo, documentação, cadastro, pessoal, unidades escolares e outros em que, a princípio, as atividades não envolveriam atuação em ambientes insalubres ou perigosos; b) estabelecer procedimentos de controle mais efetivos das condições de trabalho nocivas a que são submetidos os servidores dessas secretarias, atentando, especialmente, para as mudanças ou melhorias no ambiente laboral que tenham impacto sobre os riscos a que são expostos, efetuando tempestivamente os ajustes que se fizerem necessários; c) envide esforços no sentido da implantação efetiva do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRa nas Secretarias de Saúde e de Educação, em consonância com o previsto no art. 50, parágrafo único, do Decreto nº 34.023/2012, com vistas a prevenção dos riscos ocupacionais a que estão sujeitos os servidores; III - determinar às Secretarias de Saúde e de Educação que, juntamente com a SEPLAG, adotem providências no sentido de: a) afastar as servidoras gestantes/lactantes dos ambientes insalubres ou perigosos, enquanto estiverem nessa situação; b) excluir o pagamento dos Adicionais de Insalubridade e de Periculosidade durante o gozo de licença-prêmio; IV - determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que, conjuntamente com a SEPLAG, adote as providências a seguir, dando ciência ao TCDF no prazo de 60 (sessenta) dias: a) verifique a conformidade das comprovações do direito aos Adicionais de Periculosidade dos servidores Balsanulfo Roberto de Oliveira, mat. nº 133.301-1, Ricardo Paixão de Jesus Pereira, mat. nº 131.243-X, e Valdi Francisco da Silva, mat. nº 135.930-4, com a regulamentação vigente; b) justifique o pagamento de Adicional de Insalubridade aos servidores administrativos do Instituto de Saúde Mental, haja vista as divergências existentes entre as informações do "Relatório de visita técnica retificador de 1º/7/2009", constante do Processo GDF nº 060.014449/2004, de que eles teriam apenas contato eventual com os pacientes, o que afastaria o direito a tal vantagem, em contraponto

com os pareceres técnicos atestando que haveria contato frequente deles com os pacientes, inclusive com portadores de patologias de natureza infectocontagiosas, esclarecendo os motivos para não serem adotadas medidas protetivas nesses casos, o que poderia afastar a necessidade do adicional; c) providencie a regularização das concessões de Adicional de Insalubridade para os servidores Agentes Comunitários de Saúde, mediante a elaboração de pertinente laudo técnico que fundamente o pagamento dessa vantagem; d) esclarecer os fundamentos para o pagamento de Adicional de Insalubridade às servidoras administrativas, lotadas em unidades hospitalares, Soraia Barbosa de Santana Polônia, mat. nº 198390-3, e Juliana de Souza Oliveira, mat. nº 198440-3, tendo em conta ter sido atestado, no laudo pertinente, a eventualidade no contato com agentes nocivos, o que afastaria o direito a essa parcela. Se for o caso, proceda a atualização dos respectivos laudos técnicos, saneando a impropriedade apontada; e) atendidos os postulados do contraditório e da ampla defesa, exclua a parcela "Vant. Pessoal - Ad. Pe." (Rubrica 1820), em consonância com o disposto no art. 12, § 5º, da Lei nº 8.270/1991, nos termos do OF. Circular 04/92 -GAB/SEA, dos seguintes servidores: Matrícula n.º 1401044-5, Edivaldo Moraes Torres; Matrícula n.º 1400781-9, Elivaldo Goncalves da Silva; Matrícula n.º 1400813-0, Karla Aranda Viana; Matrícula n.º 1400685-5, Marcia de Sa Oliveira; Matrícula n.º 1401477-7, Maria das Graças Andrade Gomes; Matrícula n.º 1401476-9, Marlene P. Guimarães Monteiro; Matrícula n.º 1400787-8, Rosângela Maria Queiroz; Matrícula n.º 1400774-6, Vicente Lopes de Araújo; f) justifique a continuidade do pagamento de Adicional de Insalubridade ao servidor Fernando da Costa Silva, mat. nº 136040-X, haja vista que ele não mais atua nos cargo e função que ensejaram o pagamento dessa parcela e não foi apresentado novo laudo que fundamentasse o pagamento na nova lotação; V - determinar à Secretaria de Educação que, em conjunto com a SEPLAG, adote as providências a seguir, dando ciência ao Tribunal em 60 (sessenta) dias: a) agilize a atualização dos laudos sobre as condições ambientais de trabalho dos servidores José Gomes Neto, mat. 61430-0, Edlane Ribeiro Barbosa, mat. nº 23145-2, Ana Lúcia Gonçalves dos Anjos, mat. nº 26922-0, e Raimunda Elinor Rosa Assunção, uma vez que os existentes nos respectivos processos de concessão de Adicional de Insalubridade foram elaborados há mais de 20 (vinte) anos; de Antonio Edvar Fernandes Machado, mat. nº 25752-4, para confirmar se continua exercendo as mesmas atividades; assim como dos Técnicos de Gestão Educacional - Educação em Saúde, haja vista as mudanças na estrutura administrativa da secretaria, em especial, dos seguintes servidores: Matrícula n.º 45962-3, Miraneide Augusta dos Santos, laudo ilegível; Matrícula n.º 46050-8, Carmem Lucia Pires de Almeida, Laudo 22/1/1998; Matrícula n.º 68104-0, Elice Ferreira da Silva Santos, Laudo 22/1/1998; Matrícula n.º 42757-8, Lucíola Batista de Almeida, Laudo 22/1/1998; Matrícula n.º 46103-2, Núbia Lourenço Meireles, Laudo 22/1/1998; Matrícula n.º 42771-3, Sônia Fernandes da Cruz, Laudo 22/1/1998; Matrícula n.º 46049-4, Zulmira Oliveira Brotas, Laudo 22/1/1998; b) apure junto ao setor competente se as condições perigosas existentes nas cozinhas dos CAICs Júlia Kubitschek e Juscelino Kubitschek, bem como no Almoxarifado Central, que ensejaram o pagamento de Adicional de Periculosidade, permanecem e, se for caso, apresente justificativas para não terem sido adotadas providências para melhorar esse ambiente laboral ou reduzir os riscos a que são expostos aqueles que atuam nesses locais; c) justifique a ausência da devida comprovação do direito ao Adicional de Insalubridade dos servidores Edvaldo Macedo de Santana, mat. nº 54.836-7, e Euçania Lima, mat. nº 51.252-4, providenciando a regularização com brevidade; d) apresente circunstanciadas justificativas para a continuidade do pagamento de Adicionais de Insalubridade ou de Periculosidade aos Professores Sirnária Maria Rodrigues Silva, mat. nº 206.913-X, Maria Lizete Duarte Ribeiro, mat. nº 34.531-8, Cinthia Matos Monteiro, mat. nº 39.055-0, Maria Aparecida de Sousa Menegassi, mat. nº 48.599-3, Edmar Pereira da Rocha, mat. nº 38.371-6, e Márcia Moreira D'Almeida e Souza, mat. nº 34.038-3, tendo em conta que eles mudaram dos locais de trabalho que permitiram a percepção desses adicionais e não foram localizados laudos

técnicos que autorizassem o pagamento nas novas lotações; VI - recomendar às Secretarias de Saúde e de Educação que, juntamente com a SEPLAG, adotem providências no sentido de reduzir a exposição de seus servidores a condições insalubres ou perigosas, mediante melhorias/alterações nas estruturas físicas dos ambientes de trabalho, assim como o uso mais intenso de Equipamentos de Proteção Individual; VII - autorizar o retorno dos autos à SEFIPE, para as providências subsequentes.

Presidiu a sessão o Vice-Presidente, Conselheiro PAULO TADEU. Votaram os Conselheiros RENATO RAINHA, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAIVA MARTINS e MÁRCIO MICHEL. Participou o representante do MPJTCDF, Procurador-Geral em exercício DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE. Ausentes a Presidente, Conselheira ANILCÉIA MACHADO, e o Conselheiro MANOEL DE ANDRADE.

SALA DAS SESSÕES, 18 de Abril de 2017


José Valdirio Da Silva
Secretário das Sessões


Paulo Tadeu Vale Da Silva
Vice Presidente